



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: Ph

Nº ... 188/2017

Fls. nº

Assinatura Naraiah

PROJETO DE LEI Nº. 188/2017

AUTORIA: Vereador SGT Bentes Papinha

ASSUNTO: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas de orientação nas piscinas, balneários e praias do município de Manaus.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas de orientação nas piscinas, balneários e praias do município de Manaus. Possibilidade e Legalidade de acordo com os arts. 8º e 58, da LOMAN.

O projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas de orientação nas piscinas, balneários e praias do município de Manaus.

As placas deverão ser afixadas sempre em local visível, às bordas das piscinas ou nas proximidades dos locais de banho nos balneários e praias, dentre outras imposições.

Por fim, dispõe que esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em justificativa, o vereador explica que o projeto visa prevenir o acontecimento de acidentes no município de Manaus.

É o breve relatório.

Passo à análise e Parecer.

A iniciativa do legislador municipal traduz-se em mais um meio de prevenção a acidentes dentro do município de Manaus.

pm



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: *Pr*

Nº *188/2017*

Fls. nº

Assinatura *Narah*

A matéria encontra respaldo jurídico no art. 8º, da LOMAN, eis que é de interesse local as informações dos números de telefones de órgãos capazes de coibir e investigar os casos de crimes sexuais.

Em relação à iniciativa, temos que:

LOMAN - Art. 58. “A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos , na forma e nos casos previstos em lei.”

Significa, portanto, que o requisito objetivo da iniciativa da lei foi respeitado.

Assim, em face de todo o analisado, sugiro ao Exmo. Sr. Presidente da 2ª CCJ que seja favorável ao presente projeto de Lei, por estar em consonância aos ditames legais.

Manaus, 24 de julho de 2017.

**Priscilla Botelho Souza de Miranda
Procuradora da Câmara Municipal de Manaus
Procuradoria Legislativa**